

ATIVIDADES – 9º ANO – GEOGRAFIA

Tema:

- 1) Leia os textos das páginas 109 a 114 do livro didático;
- 2) Elabore um fichamento textual (o modelo pode ser encontrado no site: <https://www.todamateria.com.br/fichamento/>) de cada um dos textos lidos;
O fichamento pode conter citações do texto, mas é importante que você registre as ideias principais com as suas próprias palavras.

Caso tenha alguma dúvida, não se esqueça de registrá-la em seu caderno e enviá-la para o atendimento.

Impostos e taxas

As políticas sociais europeias são financiadas por uma série de impostos e taxas cobrados da sociedade. Embora cada país tenha independência na política fiscal, a União Europeia estabelece diretrizes gerais para homogeneizar a tributação em todos os países. Parte de um imposto comum em toda a Europa, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), é destinada ao financiamento das instituições europeias.

As empresas europeias, com o objetivo de se tornarem mais competitivas e aumentar seus lucros, têm pressionado os governos a diminuir sua carga de tributos. Se essa redução ocorrer, outros segmentos da sociedade terão de pagar mais impostos.

AS INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

Há algumas instituições que regulam e intermedeiam a atuação da União Europeia:

- ▲ **Conselho Europeu.** Encarrega-se de definir as políticas gerais da União. É formado pelos chefes de Estado ou de governo dos países-membros, pelo seu presidente e pelo presidente da Comissão Europeia. Seu presidente é eleito por maioria qualificada, cujo mandato é de dois anos e meio, podendo ser renovado uma vez.
- ▲ **Comissão Europeia.** Órgão encarregado de colocar em prática as políticas comunitárias. Com sede em Bruxelas, na Bélgica, a Comissão é formada por 28 comissários, um para cada país da UE, sendo nomeado um candidato a presidente. Este, por sua vez, deverá ser aprovado pela maioria do Parlamento Europeu.
- ▲ **Parlamento Europeu.** Controla a Comissão Europeia e aprova pressupostos comuns. O número de deputados que o compõe é proporcional ao número de habitantes de cada país, com no mínimo 6 e no máximo 96 deputados. São eleitos a cada cinco anos pelos cidadãos.
- ▲ **Tribunal de Justiça.** Assegura o respeito às leis comuns e à aplicação dos tratados. Também atua como árbitro dos conflitos entre os órgãos da UE e entre os Estados-membros. Tem sede em Luxemburgo.
- ▲ **Comitê Econômico e Social.** Responsável por prestar consultoria às propostas da Comissão Europeia.



Edifício-sede do Parlamento Europeu em Estrasburgo, França (2017).

POLÍTICAS COMUNS DA UNIÃO EUROPEIA

Desde o Tratado de Roma, de 1957, as barreiras comerciais entre os países-membros da União Europeia haviam sido eliminadas, e uma série de políticas comuns foi encaminhada. Vejamos algumas delas:

- ▲ **Política Agrícola Comum (PAC).** É a base da política agrícola dos países-membros, financiada pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (Feoga). Seus objetivos são: evitar a competição de produtos agrícolas estrangeiros e manter o nível de vida dos agricultores europeus por meio da garantia de preços mínimos de venda dos produtos. Graças à PAC, a UE consegue tirar do mercado interno grandes quantidades de alimento, e parte do excedente é destinada à exportação. Com essa política, é criada uma barreira indireta à livre concorrência internacional de produtos agrários.
- ▲ **Política pesqueira.** Compreende acordos para explorar as fronteiras marítimas e incentivos à modernização tanto da frota pesqueira como da indústria de navegação. Essa política incrementou o volume da pesca, mas agravou o desemprego, por ter provocado o fechamento de pequenas empresas pesqueiras.
- ▲ **Política regional.** Voltada a reduzir as diferenças de desenvolvimento econômico entre os países e entre as regiões de alguns deles. Para isso, foram criados fundos de desenvolvimento que financiam a construção de infraestrutura para instalação de indústrias nas regiões menos desenvolvidas, e outras políticas de fomento à educação, à saúde e à igualdade de oportunidades dos cidadãos.
- ▲ **Política de transportes.** Por essa política, a UE tem favorecido a ampliação e a modernização das principais vias de acesso entre países do continente europeu e fomentado a criação de infraestruturas para conexão dos centros econômicos mais importantes da Europa com as regiões isoladas. Veja a fotografia a seguir.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 2008.

ANA CANDIDA/SHUTTERSTOCK



Estação de trem Hauptbahnhof, da qual saem trens que ligam a cidade a diversos outros locais da Alemanha e da Europa, em Berlim, Alemanha (2017).

- ▲ **Política industrial.** Implica o incentivo à modernização das empresas e dos setores industriais em crise na UE, concedendo subvenções aos setores mais modernos, buscando novos mercados e estimulando a cooperação entre os países-membros. Embora seja uma das principais zonas industriais do mundo, a UE ainda enfrenta problemas de falta de modernização e menor desenvolvimento em alguns setores, quando comparada aos Estados Unidos e ao Japão, seus concorrentes diretos. A política industrial adotada visa assegurar competitividade às suas indústrias. Também existe uma política energética comum, com o objetivo de diversificar as fontes de energia e reduzir as importações de petróleo.
- ▲ **Política comercial.** Por essa política, os produtos comercializados nos países-membros são taxados com um mesmo imposto, o IVA. Principal potência comercial do mundo, a UE vende produtos agrícolas e industriais e compra matérias-primas em geral e manufaturas de alta tecnologia.
- ▲ **Política ambiental.** Visa criar uma legislação ambiental única dos países-membros. O desenvolvimento sustentável constitui um dos principais objetivos da UE, baseando-se na ação preventiva e na correção de danos causados ao ambiente. Alguns exemplos disso são a proibição da gasolina com chumbo, a reciclagem de resíduos sólidos urbanos (fotografia ao lado), a proibição da fabricação e do uso de CFC (clorofluorcarboneto) e a utilização de energias limpas.

COMISSÃO europeia: <http://ec.europa.eu/index_pt.htm>. Acesso em: 01 nov. 2018. O site da União Europeia traz dados estatísticos sobre população, imigração, questões ambientais, fontes de energia e muitas outras informações disponíveis em forma de estatísticas, gráficos e mapas, além de apresentar políticas, legislação, estratégias e metas do bloco para os próximos anos.



Funcionários trabalhando em centro de reciclagem em Rocquencourt, França (2016).

CRISE NA UNIÃO EUROPEIA

Na segunda década do século XXI, uma série de problemas socioeconômicos ainda atingia alguns países europeus, em especial da União Europeia. A crise financeira de 2008, o endividamento de muitas economias da UE e a discrepância entre os graus de desenvolvimento econômico e humano dos países da Zona do Euro haviam deixado Estados à beira da falência. Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha, grandes captadores de empréstimos, foram afetados, mas, graças a eficientes medidas econômico-sociais boa parte desses países se recuperou ou está em recuperação. É o caso de Portugal, que investiu fortemente no setor de turismo, entre outras medidas. A instabilidade financeira gerou incertezas sobre a permanência de alguns desses países no bloco, como você viu no início deste Capítulo.

Crise de 2008 e impactos sociais

A crise econômica de 2008 teve início nos Estados Unidos, a partir da “bolha imobiliária” criada pela valorização dos imóveis com base em empréstimos hipotecários. Como muitos estadunidenses não conseguiam

quitar as dívidas criadas pela compra da casa própria, muitas empresas e instituições destinadas a oferecer crédito tiveram altos prejuízos e, por um efeito dominó, a crise atingiu bancos e bolsas de valores do país.

Logo as instituições financeiras da União Europeia também foram afetadas, o que gerou uma onda de desemprego, com diminuição do consumo e falência de bancos e empresas do setor produtivo.

Para socorrer as instituições afetadas pela crise, os governos europeus adotaram medidas consideradas rígidas para conter os gastos públicos, com alto impacto sobre a população. Assim, além da falta de emprego, os europeus enfrentaram corte de benefícios sociais, diminuição de investimentos em setores como saúde e educação, aumento de impostos, aprofundamento das desigualdades sociais, sobretudo em países como Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha, cuja economia é mais dependente dos repasses financeiros da UE.

Protesto em Atenas, Grécia (2012), contra o pacote de austeridade fiscal apresentado pela União Europeia aos países mais endividados.



MILOS BICANSKI/BETTY IMAGES

Desemprego na União Europeia

Na média, o conjunto de países da União Europeia apresenta altos indicadores socioeconômicos, mas isso não garante que haja equilíbrio entre os integrantes do bloco.

A recente crise econômica afetou muito a Europa. As parcelas da população mais atingidas foram as compostas de jovens, imigrantes e trabalhadores menos qualificados.

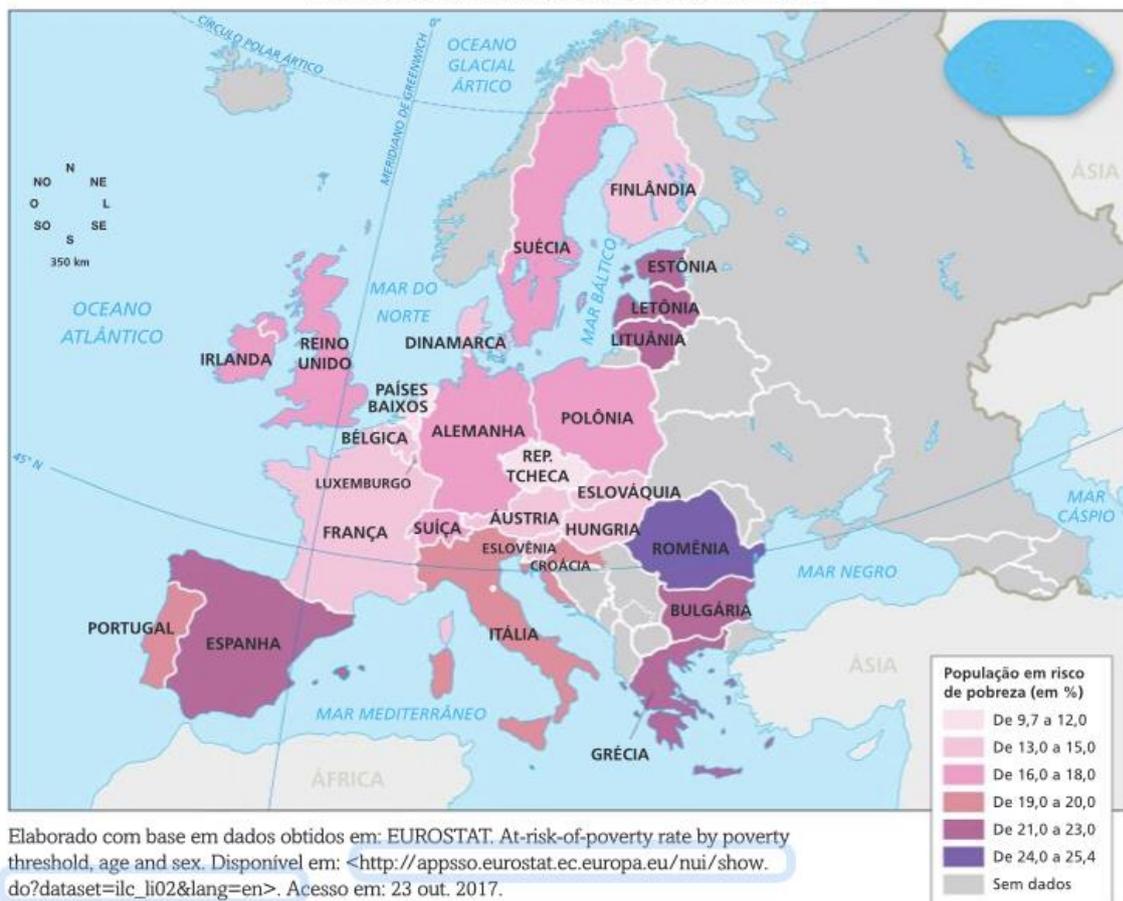
O risco de pobreza

O risco de pobreza é um indicador que reflete a exclusão social, utilizado na União Europeia para fins estatísticos. Consideram-se em risco de pobreza as pessoas que recebem mensalmente menos de 60% do rendimento médio mensal *per capita* do país onde vivem. Em 2015, 23,7% da população da UE se encontravam em risco de pobreza ou de exclusão social. Observe o mapa a seguir.

Ler o mapa

- Retome o conceito de risco de pobreza e explique por que não podemos afirmar, com base na leitura do mapa, que os rendimentos das pessoas em risco de pobreza na Espanha e na Letônia são parecidos.

UNIÃO EUROPEIA: RISCO DE POBREZA (2015)



O Brexit e o discurso contra a União Europeia

Após o plebiscito de junho de 2016, no qual a maioria optou pela saída da Grã-Bretanha da União Europeia (52% dos votos), foram previstos dois anos de negociações até se obter consenso sobre o acordo final do Brexit. O acesso ao Mercado Comum Europeu, mantendo os acordos comerciais para a troca de produtos e serviços com outros países do bloco, faz parte das negociações que deverão ser votadas no Parlamento Britânico e no Parlamento Europeu em março de 2019 para que seja confirmada a saída do bloco.

No entanto, como até então nenhum país havia se retirado da União Europeia, a ausência de precedentes torna o processo instável, e o dissenso ainda pode fazer com que seja cancelado o pedido da Grã-Bretanha de deixar o bloco.

Desde o plebiscito, o Brexit vem contribuindo para que grupos radicais contra a UE apareçam na cena política, não só na Grã-Bretanha, mas também em outros países, mostrando que não há mais a unidade que se via antes em relação ao bloco.

Partidos políticos com formações populistas e nacionalistas vêm ganhando força em diversos países ao contestar os atuais moldes do bloco e incentivar a criação de movimentos neonazistas e xenófobos. O discurso anti-migração, que permeia o Brexit, já é predominante onde a extrema-direita compõe atualmente os partidos mais influentes do sistema político. Na França, Alemanha, Áustria, Itália, Finlândia, Polônia, por exemplo, as alas políticas mais

conservadoras desses países já discutem uma possível desintegração do bloco nos próximos anos.



KYODO NEWS/GETTY IMAGES

Manifestantes em Roma, Itália (2017), protestando contra a União Europeia.